

## ALFABETIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

### LITERACY AND THE CHALLENGES OF PEDAGOGICAL MEDIATION

### LA ALFABETIZACIÓN Y LOS RETOS DE LA MEDIACIÓN PEDAGÓGICA

Valmivaldo de Moraes Marinho<sup>1</sup>

Elias Alves da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho aborda uma questão de extrema relevância para educadores e estudiosos da educação de crianças: a importância da leitura e da escrita durante a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I. Ele parte da premissa de que ler e escrever são fundamentais para a formação integral do sujeito e que tais habilidades, em sendo desenvolvidas desde cedo, favorecem a construção do homem de forma integral e, sobretudo, viabiliza a participação cidadã e autônoma sempre mais. Para tanto, parte-se do pressuposto que compete ao educador de crianças da Educação Infantil conhecer as teorias que abordam a referida temática, bem como embasar-se nos estudos já realizados que promovem o aprendizado efetivo destas habilidades, de modo a melhorar sempre mais sua prática. Diante disso, tal artigo objetiva discutir a necessidade de o profissional deste nível ocupar-se das questões que dizem respeito ao ser em formação, considerando-o não somente uma criança, mas, acima de tudo, uma criança que se constitui o futuro cidadão, autônomo, competente o suficiente para intervir em seu meio social, transformando-o, o que requer, sobremaneira, o pleno desenvolvimento da leitura e da escrita. Desse modo, concebe-se a relevância extrema de se buscar o ensinamento do ler e escrever ainda na mais tenra infância, de modo a iniciar o processo de construção desses sujeitos. No que diz respeito à metodologia aqui empregada, este artigo foi fundamentado em cima de uma pesquisa bibliográfica, que tem como foco mostrar e discutir o que alguns autores conceituados na área da educação pensam sobre o tema em questão.

1786

**Palavras-Chave:** Leitura e escrita. Práticas leitoras. Mediação pedagógica.

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela Educaler College – USA.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidad Autónoma de Asunción – PY.

**ABSTRACT:** This paper addresses an issue of extreme relevance to educators and scholars of children's education: the importance of reading and writing during Kindergarten and Elementary School. It starts from the premise that reading and writing are fundamental to the individual's integral formation and that these skills, when developed from an early age, favor the construction of man in an integral way and, above all, enable ever more autonomous citizen participation. To this end, it is based on the assumption that it is up to the educator of children in Early Childhood Education to know the theories that deal with this subject, as well as to base themselves on the studies already carried out that promote the effective learning of these skills, in order to improve their practice even more. In view of this, this article aims to discuss the need for professionals at this level to deal with issues that concern children in training, considering them not just as children, but, above all, as children who will become future citizens, autonomous and competent enough to intervene in their social environment, transforming it, which requires, above all, the full development of reading and writing. This makes it extremely important to teach reading and writing at an early age, in order to start the process of building up these subjects. As far as the methodology used here is concerned, this article was based on bibliographical research, which focuses on showing and discussing what some respected authors in the field of education think about the subject in question.

**Keywords:** Reading and writing. Reading practices. Pedagogical mediation.

**RESUMEN:** Este trabajo aborda un tema de suma importancia para los educadores y estudiosos de la educación infantil: la importancia de la lectura y la escritura durante el jardín de infancia y la escuela primaria. Parte de la premisa de que la lectura y la escritura son fundamentales para la formación integral del individuo y que estas habilidades, al desarrollarse desde temprana edad, favorecen la construcción del hombre de manera integral y, sobre todo, posibilitan su participación cada vez más ciudadana y autónoma. Para ello, se parte del supuesto de que corresponde al educador de niños en Educación Infantil conocer las teorías que abordan este tema, así como basarse en los estudios ya realizados que promueven el aprendizaje efectivo de estas habilidades, para mejorar aún más su práctica. Teniendo en cuenta esto, este artículo tiene como objetivo discutir la necesidad de que los profesionales de este nivel aborden las cuestiones que conciernen al niño en formación, considerándolos no sólo como niños, sino sobre todo como niños que se convertirán en futuros ciudadanos, autónomos y lo suficientemente competentes como para intervenir en su entorno social, transformándolo, lo que requiere, sobre todo, el pleno desarrollo de la lectura y la escritura. Por lo tanto, es sumamente importante enseñar a leer y escribir a una edad temprana, para iniciar el proceso de construcción de estos individuos. En cuanto a la metodología aquí utilizada, este artículo se basó en una investigación bibliográfica, cuyo foco es mostrar y discutir lo que algunos autores de gran prestigio en el campo de la educación piensan sobre el tema en cuestión.

**Palabras clave:** Lectura y escritura. Prácticas de lectura. Mediación pedagógica.

## INTRODUÇÃO

Ler e escrever são requisitos essenciais à participação efetiva na sociedade dos dias de hoje. Além disso, constituem-se desejos comuns aos seres humanos, uma vez que dessas

habilidades depende o alcance de diversos outros desejos e necessidades, tais como a melhor inserção no mercado de trabalho.

No entanto, apesar de tão grande a importância dessas práticas, há muitas críticas circundando-as quando se discute como elas vêm se dando no ambiente escolar brasileiro atual.

Diante dessas críticas, emerge a necessidade de se discutir acerca dessas atividades, sobretudo pela imprescindibilidade delas na formação educacional dos sujeitos já nos primeiros anos de escola.

A formação escolar do indivíduo visa, nesses tempos, à integralidade. Não mais se admite que o que se estuda na escola esteja desvinculado do ambiente fora dela, ou seja, a educação formal deve estar a serviço, principalmente, da viabilização da atuação do sujeito no meio social, de trabalho, enfim, no exterior da escola.

Partindo dessa premissa, reconhece-se a relevância do trabalho em sala de aula, o qual deve estar voltado para a prática do dia a dia, o que revela a extrema importância da leitura e da escrita, haja vista as pessoas relacionarem-se com o mundo externo através dos diferentes textos com que se deparam cotidianamente e nas mais diversas circunstâncias, desde pegar um ônibus até ler e compreender a matéria do jornal.

1788

Além disso, um dos principais objetivos da escola é formar o cidadão para ser crítico e participativo. Tais habilidades são imprescindíveis para que a cidadania seja absoluta nas relações sociais. Contudo, elas só são possíveis verdadeiramente com o desenvolvimento das outras duas habilidades, que são ler e escrever, principalmente para não vir a ser manipulado, ludibriado por pessoas inescrupulosas que se valem das limitações dos demais para tirar vantagens.

Para alcançar esses objetivos, contudo, há que se iniciar o processo desde muito cedo. Assim, a prática de leitura e escrita deve começar desde a mais tenra idade, ou seja, nas séries iniciais, uma vez que consiste em um processo que dura não apenas um ano, como antes se concebia, mas ter seu ponto de partida com a criança e seguir por toda a vida.

É nessa perspectiva que o presente trabalho traz como objetivo principal discutir a relevância de se promoverem práticas que desenvolvam as habilidades de leitura e escrita para crianças das séries iniciais. Para tanto, ele assim se organiza: inicialmente, serão apresentadas concepções de leitura e escrita, considerando as análises de autores como Bakhtin (1992), Silva (1999), Geraldi (1997), Kleiman (2008), entre outros que apresentam

discussões salutaras ao longo do tempo, de modo a promover uma constante melhoria nas práticas dos docentes que se colocam nessa tarefa, buscando, inclusive, dirimir quaisquer dúvidas que ainda existam entre os conceitos de alfabetização e letramento. A Metodologia empregada foi a de Pesquisa Bibliográfica, a qual se sustenta em textos já publicados e que, obviamente, abordam tal discussão.

## IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA DESDE AS SÉRIES INICIAIS

A alfabetização é uma das etapas que muito contribui para a evolução intelectual do aluno, é um processo contínuo que ocorre gradativamente. Não basta apenas a criança codificar e decodificar. O aluno precisa interpretar analisar, compreender e assimilar o conteúdo para que efetivamente ocorra o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita.

Todavia, a interação entre o professor e o aluno, durante o processo de alfabetização ocupam um papel fundamental na construção desse conhecimento. A esse respeito Rego (2012), aborda que constituir conhecimentos implica numa ação partilhada, já que através do outro que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas.

Portanto, na visão dos pesquisadores concernente à contribuição da mediação em sala de aula permite refletir acerca dos problemas ainda existentes no espaço escolar, quais dificulta o processo de aquisição da leitura e escrita dos estudantes. Diante disso, Fontana (2005) nos orienta para,

[...] formação dos conceitos que depende fundamentalmente das possibilidades que os indivíduos têm (ou não) de nas, suas interações de apropriarem (dos) e objetivarem os conteúdos e formas de organização e de elaboração do conhecimento historicamente desenvolvidos (p.14).

Todavia, como forma de garantir que a criança se aproprie desses saberes é necessário que a escola disponibilize uma variedade de situações de aprendizagem, que os auxiliem a ampliarem seus repertórios de informações. No processo de aquisição da leitura e da escrita a criança necessita estar imersa em um ambiente alfabetizador, como uma forma de estimular os conhecimentos historicamente adquiridos, pois desde que nasce a criança está em contato com o sistema de significados sociais. Contudo vê-se que a criança só conseguirá desenvolver essas habilidades, se tiver acesso a informações sobre esse objeto de conhecimento, e participar de situações planejadas de leitura e escrita. Segundo Ferreira (2011):

A construção de um objeto de conhecimento implica muito mais que mera coleção de informações. Implica a construção de um esquema conceitual que permita interpretar dados prévios e novos dados (isto é, que possa receber informações e transformá-la em conhecimentos); um esquema conceitual que permita processos de inferência acerca de propriedades não observadas de um determinado objeto e a construção de novos observáveis, na base que se antecipou e do que foi verificado (p.65).

Assim sendo, a autora chama atenção para a construção dos conceitos pelas crianças que não basta só saber ler e escrever, é necessário saber fazer uso desse sistema de representação social. Na mediação de sala de aula o professor alfabetizador deve estimular este aprendizado com a utilização de instrumentos diversificados, pois estes são fundamentais para o desenvolvimento intelectual dos sujeitos.

Segundo Ferreiro e Teberosky, (2011, p. 44) “[...] a escola tem um papel importante na vida da criança, entretanto este não deveria ser o de dar inicialmente todas as chaves secretas do sistema alfabético, mas criar condições para que a criança às descubra por si mesma”. Neste sentido, vê-se a necessidade do professor entrar como conciliador e facilitador do conhecimento da criança, criando pontes para auxiliá-los na construção dessa aprendizagem. Se considerarmos a criança como um futuro cidadão, capaz de pensar por si, os educadores, terão que lhe dar condições de ser autônomos, levando a resolver problemas evitando dar-lhe respostas prontas.

1790

Sabidamente Ferreiro e Teberosky (2011) trazem uma reflexão acerca da relevância da escola na vida dos alunos,

[...] é muito que a escola pode fazer para ajudar as crianças especialmente aquelas cujos pais são analfabetos ou semianalfabetos, não possam transmitir-lhe um conhecimento que eles mesmos não possuem. O professor é quem pode minorar esta carência, evitando, porém ficar prisioneiro de suas próprias convicções (p.44).

Diante disso, Matui (1995) fala sobre o papel mediador do professor:

de encorajar o aluno através de atividades que lhes causem desequilíbrio ou o coloquem em ação. O aluno é que está construindo o conhecimento, mas o professor entra como mediador dessa construção, não só apresentando matéria e atividades, mas questionando, interrogando e fazendo o aluno pensar por comparações por seriação, por classificação, por casualidade. (p. 187).

Portanto, o papel do professor na sala de aula não é só de transmitir os saberes disciplinares, mas possibilitar aos estudantes um aprendizado significativo, que lhes permitam desenvolver a criticidade serem questionadores, e assim lutar pelos seus interesses na sociedade.

Diante dessa reflexão apresentada, traz-se o conceito de mediação defendido nesta produção que se aproxima com a perspectiva defendida por Matui, (1995 p. 187) como “[...] um elo entre o sujeito e o objeto de aprendizagem em um processo que possibilita a assimilação, acomodação e organização do sujeito”. Portanto, pode ser entendida como processo de interação que ocorre entre os indivíduos, os quais vão construindo e internalizando os conhecimentos que são adquiridos em seu meio sociocultural.

Desse modo, no desenvolvimento dos sujeitos, são vários os elementos que contribuem para a mediação como os familiares, amigos, professores e outros indivíduos que fazem parte do seu cotidiano. Para Fontana (2005),

A mediação do outro desperta na mente da criança um sistema de processos complexos de compreensão ativa e responsiva, sujeitos às experiências e habilidades que ela já domina. Mesmo que ela não elabore ou não apreenda conceitualmente a palavra do adulto, é na margem dessas palavras que passa a organizar seu processo de elaboração mental, seja para assumi-las ou para recusá-las (p.19).

No decorrer da utilização conjunta e da internalização dessas palavras, a criança reproduz, apreende e começa a operar com conceitos e praticar o pensamento conceitual antes de ter uma consciência clara da natureza dessas operações. Portanto, para Vygotsky (*apud* Fontana, 2005 p. 20) “[...] a mediação do outro possibilita a emergência de funções que, embora a criança não domine autonomamente, pode realizar em conjunto, de forma compartilhada”. Diante dessa reflexão, no processo inicial de alfabetização o aluno pode desenvolver atividades com a ajuda dos colegas de classe e do professor que irá mediar às atividades em sala de aula.

Por conseguinte, Rego (2012, p.107) avalia que “[...] não tem sentido esperar que primeiro ocorra o desenvolvimento, para que só então seja permitido que a criança aprenda”. Não é necessário que a criança desenvolva a maturação orgânica para que depois ela seja imersa em situações de leitura e escrita, a criança precisa desde cedo está em contato com as práticas alfabetizadoras, como forma de favorecer o aprendizado. Dentro dessa perspectiva, evidencia-se que o ensino acontece antes do desenvolvimento das funções psicológicas básicas dos sujeitos, uma vez que, a criança já tem uma capacidade maior de auto condução, apresentando um comportamento intencional, ela já tem a capacidade de se direcionar para uma determinada atividade, realizando-as com a ajuda de outra pessoa.

Diante desta ótica, percebe-se que o educador se constitui uma peça fundamental no desenvolvimento cognitivo dos alunos, visto que utiliza instrumentos e técnicas que

contribui para aguçar as funções psicológicas e potencializar o conhecimento que é adquirido no contexto histórico-social. Conforme aborda Bronckart (*apud* FONTANA, 2005 p.20) [...] “a prática social das diferentes instituições humanas não é só lugar das aprendizagens, mas também de gênese das funções psicológicas”.

Assim sendo, “[...] como mediador, o professor não se perde no processo, mas acelera e até possibilita a aprendizagem, respeitando a natureza do sujeito e do objeto e, principalmente do processo de construção de conhecimentos” (MATUI 1995 p.188). Logo, o papel do professor é promover a interação aluno/objeto de conhecimento, como forma de oportunizar um ensino que garanta o desenvolvimento pleno do estudante, tendo em vista, que a mediação, se faz justamente no intervalo entre a etapa de construção de conhecimentos pelo aluno.

Nas interações cotidianas, a mediação do adulto acontece espontaneamente no procedimento de utilização da linguagem, no contexto das situações imediatas. Ou seja, nesse processo não há uma preocupação com os saberes sistematizados, eles vão se constituindo de forma natural.

Os conceitos cotidianos referem-se àqueles conceitos constituídos a partir da observação, manipulação e vivência direta da criança. Já os conceitos científicos relacionam-se àqueles eventos não diretamente acessíveis à observação ou ação imediata da criança: São os conhecimentos sistematizados, adquiridos nas interações escolarizadas. Para Rego (2012, p. 78) “[...] aprender um conceito é necessário, além das informações recebidas no exterior, uma intensa atividade mental por parte da criança. Portanto, um conceito não é aprendido por meio de um treinamento mecânico, nem tampouco pode ser meramente transmitido pelo professor ao aluno”. Assim, o ensino direto dos conceitos não possibilita o aprendizado dos sujeitos, tornando-o simplesmente reprodutores de informação. Para Vygotsky (*apud* Rego, 2012):

A escola deve ser capaz de desenvolver nos alunos capacidades intelectuais que lhes permitam assimilar plenamente os conhecimentos acumulados. Isso, não quer dizer que ela não deve se restringir à transmissão de informações de conteúdos, mas principalmente, ensinar o aluno a pensar ensinando formas de acesso e apropriação do conhecimento elaborado, de modo que ele possa praticá-lo autonomamente ao longo de sua vida, além de sua permanência na escola (p.108).

Compreender a questão da mediação na alfabetização caracteriza a relação do professor alfabetizador com os estudantes, e deste para com o professor, e dos alunos/alunas,

pois é de fundamental importância justamente porque é através desta interação que irá favorecer para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Nessa abordagem, o professor deixa de ser visto como agente exclusivo de informações e formação dos alunos, uma vez que as interações estabelecidas entre as crianças também têm um papel fundamental na promoção de avanços no desenvolvimento individual. Isso não significa, portanto, que a figura do professor é elementar, mas a função que ele desempenha em sala de aula é importante, visto que é o mediador das ações entre os alunos e o objeto do conhecimento.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, para efeito desse estudo utilizamos os postulados de Fontana (2005), Ferreiro e Teberosky (2011), Matuí (1995), pois, estes estudiosos possibilitam uma reflexão sobre o aprendizado a partir da interação social entre o indivíduo e o objeto de conhecimento.

Para Minayo (2012, p. 21-22), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Rego (2012) é de responsabilidade dos professores atuarem “nas zonas de desenvolvimento proximal”, ou seja, no espaço que existe entre aquilo que a criança já sabe fazer sozinha, e aquilo que ela tem a potencialidade para vir a ser, desde que seja assistida, aprenda com o outro, neste caso o professor, visto que é um parceiro privilegiado, devido às experiências, informações e incumbência, entre as funções, de tornar acessível ao aluno o patrimônio cultural já formulado pelos homens e, portanto, desafiar através do ensino os processos de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

Logo, podemos perceber a relevância do professor alfabetizador, trabalhar o ensino da leitura e da escrita em consonância com os conhecimentos prévios dos estudantes, agindo a partir do meio sociocultural dos indivíduos de forma que contribua para um aprendizado



significativo. Já que segundo Russo (2012 p.31) “o conhecimento da leitura e da escrita pela criança dá-se a partir do contato entre ela e os objetos escritos”.

Para Vygotsky (*apud* REGO 2012, p. 73) o nível de desenvolvimento potencial é um importante nível que criança pode alcançar em matéria de aprendizagem, com o auxílio do professor e de outras pessoas. Assim, a criança realiza tarefas e soluciona problemas através do diálogo, da colaboração da imitação da experiência compartilhada e das pistas que lhes são fornecidas.

Concordando com Rego (2012, p.74): “[...] o aprendizado é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal, na medida em que, em interação com as outras pessoas a criança são capazes de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que sem ajuda externa seriam impossíveis de ocorrer”. Esses processos se internalizam e passam a fazer parte das aquisições do seu desenvolvimento individual. Vygotsky afirma que “[...] aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã” (VYGOTSKY, 1984, p. 98).

Nessa perspectiva, as demonstrações, explicações e questionamentos do professor são fundamentais no processo educativo. O educador não deve dar as respostas prontas, e sim propor atividades que incentivem a curiosidade, que possibilitem a troca de informações entre os alunos e que permitam o aprendizado.

Todavia, para que ele possa intervir e planejar estratégias que permitam avanços, reestruturação e ampliação do conhecimento já estabelecido pelo grupo de alunos, é necessário que conheça o nível de informação da turma. Assim, o estudo nos direciona a uma discussão acerca das práticas pedagógicas e suas implicações na aquisição da lectoescrita, com o objetivo de compreendermos como estas se efetivam em sala de aula.

Para estudo dessa temática utilizamos referenciais como: Maciel e Lucio (2009), Russo (2012), Carvalho (2004), Leal (*et al.* 2006), Grossi (1991) que são estudiosos que nos convidam a refletir sobre a prática e o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

No decorrer dos tempos às práticas pedagógicas buscam acompanhar as mudanças da sociedade e de adaptar as exigências dos momentos atuais. Advindo que a educação é atribuída a um papel de grande complexidade seja pelas funções que cumpre de propiciar a formação do individuo e habilitá-lo para exercer o pleno exercício da cidadania de forma

crítica e participante. Assim, no atual contexto temos as discussões direcionadas as práticas de alfabetização e letramento e o que estas refletem no cotidiano das salas de aula. Repercutindo entre os discursos e as práticas docentes.

Muitos professores alfabetizadores sentem dúvidas, sobre as práticas de alfabetização que são condizentes com as novas teorias e concepções de ensino e de aprendizagem. Diante desses questionamentos, Maciel e Lucio (2009, p. 17), informam que não “[...] é raro observar professores que consideram necessário a interação com diferentes gêneros textuais na formação do leitor/escritor competente, mas que, na sala de aula recorrem basicamente a pseudo textos no trabalho de alfabetização”.

Deste modo, para Maciel e Lucio (2009, p.17) “é relevante que se perceba a sala de aula como um espaço que possa promover tanto o domínio de capacidades específicas da alfabetização, quanto o domínio de conhecimentos e atitudes fundamentais envolvidas nos diversos usos de leitura e escrita”. Para que esse aprendizado se efetive há a necessidade de propor um estudo referente à teoria e prática de ensino, e como estas vêm se concretizando no interior das salas de aula.

Com o advento do conceito de letramento, novas orientações para o ensino enfatizam a necessidade de se trabalhar com os usos e funções sociais da escrita. Para Maciel e Lucio (2009, p. 25),

[...] introduzir diferentes gêneros textuais no processo de ensino, refletindo sobre as relações entre suas características composicionais e suas funções, passa a ser visto como condição para que o aluno tenha acesso às práticas de produção, uso e consumo de textos que circulam em diferentes esferas sociais.

Portanto, há a necessidade de propor atividades com a utilização de diferentes gêneros textuais como as cartas, bilhetes, convites, anúncios, poesias, letra de músicas. Todavia, Carvalho (2004, p.41), propõe que “[...] a aprendizagem por meio do texto é altamente motivadora por que dá ao aluno impressão de que ele caminha rápido para chegar ao que interessa: a compreensão da mensagem”. Logo, podemos evidenciar que as práticas de ensino a partir dos textos, possibilitam as crianças um aprendizado significativo, favorecendo para a compreensão e a finalidade dos textos em seus diversos usos.

Devido a sua interação social as crianças, desde muito cedo, convivem com a língua oral em diferentes situações. Para Leal (*et al*, 2006 p.69) “a linguagem ocupa um papel central nas relações sociais vivenciadas por crianças e adultos. Por meio da oralidade, as crianças participam de diferentes situações de interação social e aprendem sobre elas próprias, sobre

a natureza e sobre a sociedade”. Na escola, no entanto, aprendem a produzir textos orais mais formais e se deparam com outros que não são comuns no dia a dia de seus grupos familiares ou de sua comunidade.

Segundo Leal (*et al*, 2006) “[...] na instituição escolar, portanto, as crianças ampliam suas capacidades de compreensão e produção de textos orais, o que favorece a convivência delas com uma variedade maior de contextos de interação e a sua reflexão sobre as diferenças entre essas situações e sobre os textos nelas produzidos”.

O mesmo ocorre em relação à escrita às crianças observam as palavras que são escritas em diferentes portadores de textos como as placas, os rótulos de embalagens, os *outdoors*, escutam as histórias que são lidas por outras pessoas, etc. Nessas experiências culturais com práticas de leitura escrita, que são na maioria das vezes mediadas pela oralidade às crianças vão se constituindo como sujeitos letrados.

Segundo Moraes e Albuquerque (2004 *apud* Leal *et al*.2006) “as crianças que vivem em ambientes ricos em experiências de leitura e escrita, não só se motivam para ler e escrever, mas começam, desde cedo, a refletir sobre as características dos diferentes textos que circulam ao seu redor, sobre seus estilos, usos e finalidades”. Diante dessa ótica analisamos a necessidade da escola promover diariamente a vivencia das práticas reais de leitura e produção de textos diversificados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a instituição escolar é responsável pelo ensino da leitura e da escrita, e tem a obrigação de ampliar as experiências das crianças de modo que elas possam ler e produzir textos com autonomia. Devendo, também promover a interação entre os diferentes níveis principalmente os mais próximos.

Após o conhecimento e a compreensão da psicogênese da língua escrita, o fazer pedagógico, o olhar e a escuta, o planejar e o avaliar, o intervir e o requerer, toma um caminho diferenciado. As constatações que giram em torno dessa teoria, sobre como os alunos aprendem ler e escrever, são plenamente verificáveis no cotidiano escolar

As atividades podem motivar diferentes níveis e em cada criança implicarão uma mudança, ou adequação, da hipótese própria do nível em que ela se encontra”. Nas aplicações das atividades, a maior dificuldade é desenvolver trabalhos que envolvam todos os alunos, em uma classe com diferentes níveis de escrita. Portanto, as atividades comuns à classe

devem garantir a participação dos alunos nos níveis pré-silábico, e silábico, para que possam ampliar seus conceitos.

Uma vez que o aprendizado não acontece para todos no mesmo tempo. Também auxilia muito o trabalho do professor e dos alunos a constância na organização da sala de aula. Contudo, para que a prática pedagógica se concretize há a necessidade de um bom planejamento das organizações das turmas de alfabetização e da práxis a ser desempenhada pelos professores alfabetizadores. Pois, sendo um instrumento de qualidade, capaz de garantir o diagnóstico das habilidades e dos conhecimentos prévios dos estudantes, das metas e meios para a organização da aprendizagem e práticas de ensino, dos instrumentos avaliativos do processo e da elaboração de novas estratégias de ensino.

Em face das atividades direcionadas as turmas do ciclo de alfabetização, será de fundamental importância discutir sobre as práticas avaliativas que são utilizadas pelos professores alfabetizadores, por entender que a avaliação pode operar de forma produtiva no desenvolvimento das práticas educativas nos primeiros anos do ensino fundamental.

Por fim, a avaliação tem relação estreita com a intervenção pedagógica cotidiana que o trabalho de alfabetização exige. Esse trabalho avaliativo precisa ser constantemente registrado, sob a condição de ficar a mercê da memória, com alta probabilidade de cair no esquecimento. Assim, é importante fazer os registros das atividades dos alunos, como o objetivo de analisar os avanços e retrocessos dos estudantes e propor as intervenções necessárias.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G, **Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores**. Educação e sociedade. Campinas, V. XX n.68, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. **Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 4/2008, de 20 de fevereiro de 2008**. Orientação sobre os três anos iniciais do ensino fundamental de nove anos. Brasília: CNE/ CEB, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino (MEC/SASE) 2014. **Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação**/Ministério de Educação. Brasília: MEC, SEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa /Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de/ **práticas de leitura e escrita**/ Rosa Helena Mendonça (orgs.). – Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CARVALHO, Marlene, 1936 – **Guia prático do alfabetizador**/Marlene Carvalho.- 5 ed.- São Paulo: Ática, 2004.

FERREIRO, e TEBEROSKY, **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1985.

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e letramento**/Magda Soares. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cultura escrita e educação.** Porto Alegre: Artmed, 2001 a.

\_\_\_\_\_. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1986.

\_\_\_\_\_. FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**/Emília Ferreiro. – 26. Ed.- São Paulo: Cortez, 2011. - (Coleção questões da nossa época; v.6).

1798

FONTANA, Roseli Ap. Cação. **Mediação pedagógica em sala de aula**/ Roseli Ap. Cação Fontana. – 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (Coleção educação contemporânea).

MATUÍ, Jiron, 1936 - **Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino**/Jiron Matui. – São Paulo: Moderna, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência & saúde coletiva, v. 17, p. 621-626, 2012.

MORAIS, Artur Gomes de. LEITE, Tânia Maria S.B. Rios. et al. **Apropriação do sistema de escrita alfabética pelas crianças: Que caminho percorrem? Como podemos auxiliá-las em suas trajetórias de aprendizagem?** São Paulo: Moderna 2012.

SILVA. Ceris da S. Ribas. O planejamento das práticas escolares de alfabetização e letramento. In. CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **Alfabetização e letramento na sala de aula**/Maria Lúcia Castanheira, Francisca Izabel Pereira Maciel, Raquel Márcia Fontes Martins, (organizadoras). - 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2009. – (Coleção Alfabetização e Letramento na Sala de Aula).